

**SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.482 - SP (2019/0040037-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : CLARO S.A  
**ADVOGADOS** : RICARDO JORGE VELLOSO E OUTRO(S) - SP163471  
KELLY ANDREOLI - SP287104  
ÁTILA AUGUSTO PINHEIRO NOBRE - RN010553  
FÁBIO BRESEGHELLO FERNANDES - SP317821  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : CONDOMINIO EDIFICIO SAINT VINCENT E OUTRO

**DECISÃO**

CLARO S.A. requer a suspensão do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento ao Agravo de Instrumento n. 2030395-14.2018.8.26.0000.

Na origem, o Condomínio Edifício Saint Vincent e o Condomínio Edifício Chamonix, interessados, ajuizaram ação ordinária de obrigação de fazer contra a requerente, objetivando impedir a instalação de estação de rádio base no topo do edifício Condomínio Portico Offices.

A liminar pleiteada foi deferida pelo Juízo da 41ª Vara Cível da Comarca de São Paulo para “determinar o embargo da Estação de Rádio Base no Condomínio Portico Offices, devendo os requeridos se absterem de construir, instalar ou operar a indigitada antena, até a apresentação de todas as autorizações necessárias do Poder Público” (fl. 72).

Contra tal decisão, a empresa de telefonia interpôs agravo de instrumento, que foi desprovido sob o fundamento de que “os elementos até agora colacionados aos autos, seja em primeiro grau, seja no presente caderno processual, demonstram profunda controvérsia a respeito da possibilidade ou não de prosseguimento das obras, razão pela qual sua suspensão se afigura a medida mais adequada” (fl. 79).

Daí o presente pedido de contracautela, em que a requerente afirma que “a abrupta interrupção da transmissão de sinais de telecomunicação poderá causar sérios prejuízos, não apenas à empresa concessionária, mas, principalmente, aos usuários do sistema que dele se utilizam para promover todo e qualquer tipo de relacionamento” (fls. 22-23).

Sustenta que “a determinação de cessar a operação da Estação de Rádio Base mencionada levará à impossibilidade de observância aos princípios que norteiam o serviço de concessão de telefonia móvel, reduzindo a receita que remunera os investimentos realizados, abalando o equilíbrio econômico-financeiro planejado quando da outorga da concessão e, ainda, retirando da União e do Estado de São Paulo o direito de recebimento dos impostos decorrentes da receita auferida pelo sistema, caracterizando-se, sem sombra de dúvidas, séria lesão à ordem econômica” (fl. 26).

Argumenta ser “incontroverso o fato de que o concessionário possui a autorização para a instalação de equipamentos de rádio transmissão necessários para a execução do serviço público a ele concedido, reservando-se o poder público local a regulamentar a autorização do uso do solo e espaço urbano conforme os poderes que lhe foram atribuídos pelo art. 30, V, da Constituição Federal” (fl. 14).

Alega que a legislação municipal não proíbe a instalação de antenas em local próximo a instituições de ensino e que a legislação federal prevê a instalação de antenas em região denominada “área crítica”, “determinando apenas procedimento fiscalizatório mais rigoroso” (fl. 15).

Destaca, por fim, que a decisão impugnada “ignora a coisa julgada material nos autos do Agravo de Instrumento em Ação Civil Pública nº 0121802-48.2012.8.26.0000, trazendo seletivamente interpretações distorcidas do quanto estabelecido no referido aresto” (fl. 21).

É o relatório. Decido.

O deferimento da suspensão de liminar é condicionado à demonstração da ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas. Seu requerimento é prerrogativa de pessoa jurídica que exerce *munus* público, decorrente da supremacia do interesse estatal sobre o particular.

Ademais, esse instituto processual é providência extraordinária, sendo ônus do requerente indicar e comprovar na inicial, de forma patente, que a manutenção dos efeitos da medida judicial que busca suspender viola severamente um dos bens jurídicos tutelados, pois a ofensa a tais valores não se presume.

Na espécie, não ficou comprovada, de forma cabal, a grave lesão aos bens tutelados pela legislação de regência.

Da leitura dos autos, é possível identificar a existência de interesse público na prestação satisfatória do serviço de telefonia e telecomunicação. Todavia, também é de interesse da coletividade que a instalação e a operação dos equipamentos referentes a dito serviço ocorram em conformidade com as normas técnicas aplicáveis ao setor.

Nessa perspectiva, deve preponderar, na espécie, o exame do caso realizado pelo Juízo de primeira instância, que salientou “a exposição ao risco a que estão expostos os moradores dos prédios vizinhos e uma escola de ensino fundamental localizada a menos de 50 metros do local” (fls. 71-72).

Com efeito, também merece registro a conclusão do Tribunal de origem de que “a instalação e operação de Estação de Rádio Base dependem de autorização do Poder Público, não sendo possível cogitar-se em autorização tácita, não tendo a extensão que a agravante pretende imprimir ao quanto decidido na ação civil pública” (fl. 78).

Por fim, quanto à argumentação referente à existência de autorização e ao local de instalação dos equipamentos, bem como à suposta ofensa à coisa julgada material formada nos autos da Ação Civil Pública n. 0121802-48.2012.8.26.0000, constata-se que a requerente suscita questões relacionadas ao fundo da controvérsia, que devem ser discutidas nas instâncias ordinárias e em vias processuais próprias.

No presente feito, por seus estritos limites, não é possível analisar matérias concernentes ao mérito. O pedido suspensivo destina-se a tutelar tão somente grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não podendo ser utilizado como se sucedâneo recursal fosse, conforme demonstra o seguinte precedente:

**AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ALEGAÇÃO DE QUE A EXPOSIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO ACARRETARIA IMPACTOS CONTRATUAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS. RISCO DE GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS NÃO DEMONSTRADO EMPIRICAMENTE. EFEITO MULTIPLICADOR QUE NÃO SE PRESUME. DISCUSSÃO DE QUESTÕES REFERENTES AO MÉRITO DA CAUSA PRINCIPAL, DE NOTÓRIA SOFISTICAÇÃO: IMPOSSIBILIDADE, SALVO SE IMBRICADAS COM OS REQUISITOS DA PRÓPRIA VIA SUSPENSIVA, VOCACIONADA A PROTEGER APENAS OS BENS TUTELADOS NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

[...]

**7. A análise do fundo da causa originária, em princípio, não**

constitui atribuição jurisdicional da Presidência desta Corte, se não for imbricada com os requisitos da própria via suspensiva - vocacionada a tutelar apenas os preceitos previstos na legislação de regência. É possível um mínimo juízo de delibação sobre a questão meritória somente quando se confunde com o exame da violação da ordem, saúde, segurança ou economia públicas. Todavia, no caso, a causa principal versa sobre controvérsia revestida de complexidade e que não se refere a tais bens, razão pela qual não pode ser apreciada no presente feito.

8. Agravo interno desprovido. Pedido de reconsideração prejudicado. (AgInt na SLS n. 2.228/RJ, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 24/8/2018, grifei.)

Ante o exposto, **indefiro o pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente